

EDUCAÇÃO E PRÁTICA SOCIAL: UM OLHAR SOBRE O PROJETO THYDÊWÁ JUNTO A COMUNIDADE INDÍGENA TUPINAMBÁ EM OLIVENÇA-BA

Autor1

Marciléa Melo Alves Lima, mestranda em Educação – UESC-Brasil, PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar. mmarciléa@yahoo.com.br

Autor2

Cândida Maria Santos Daltro Alves, orientadora, Mestrado em Educação – UESC-Brasil, PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar. candida_alves@yahoo.com.br

Resumo: A presente pesquisa aconteceu no período de 2014 a 2018 a partir do material on-line da ONG Thydêwá (<http://qwww.thydewa.org>) quando conhecemos seu projeto social no qual apresenta o trabalho que desenvolve com os indígenas Tupinambá de Olivença-Ba e outros parceiros, com foco na educação e prática social. Aqui descrevemos os resultados de uma pesquisa qualitativa de base etnográfica quando acompanhamos internamente a dinâmica da instituição buscando compreender a organização e o sentido que se agregava a esses dados on-line como ferramenta de luta social e fortalecimento de um povo. Assim, pautada na análise de dados secundários (on-line) da dinâmica de formação presente nas relações que se estabeleceram entre os atores sociais dos vários projetos que a ONG vem desenvolvendo, estas observações se estenderam também para além dos textos produzidos pelos atores sociais, contemplando os conteúdos das conversas informais coletadas nos comentários de internautas beneficiários dos projetos. Por meio deste estudo foi possível compreender o cyberativismo da comunidade indígena e a prática social da Thydêwá como atividade educativa presente na formação de jovens lideranças indígenas no uso das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), no protagonismo do povo Tupinambá ao reafirmar sua cultura e identidade, nas construções de aprendizagem colaborativa e trabalho em rede. Assim, por meio dos projetos a realidade social dos Tupinambá era o ponto de partida para as problematizações e produção imaterial e material de conhecimento por meio de publicações de vídeos, e-books, produção artística e livros impressos, entre outros materiais de autoria.

Palavras chave: Educação; Prática social; Terceiro setor.

1 Desenhando o esboço da pesquisa: contexto histórico

A demanda social, fruto da complexa sociedade que a emana, não pode ser compreendida a partir de uma visão simplista de gerenciamento social e filantrópico. Desta forma, a pesquisa teve como objetivo compreender o projeto social da Ong Thydêwá no

contexto da educação informal e da prática social no trabalho que desenvolve com os indígenas Tupinambá¹ de Olivença-BA.

Partimos do princípio de que para compreendermos a Thydêwá na realização do seu projeto social pressupõe uma compreensão ideológica e filosófica em harmonia com a situação econômica e política, pois o atendimento coerente desta demanda requer análise permanente e comprometida dos contextos externos e internos de atendimento e consolidação das políticas públicas.

Como lembra Jannuzzi (2002, p. 10) “a escolha de indicadores sociais para avaliação de políticas depende, ademais de suas propriedades, da finalidade a que se destinam”. Kilsztajn (2000, p.19) também faz inferência sobre a confiabilidade e intencionalidade dos indicadores. Este autor esclarece que o PIB per capita de cada país, por exemplo, ao esboçar o cálculo relativo ao poder paritário de compra e acumulação de bens duráveis apresenta controvérsias metodológicas que diferem da representação da realidade, mascarando os dados.

O projeto neoliberal de sociedade busca a co-responsabilidade da sociedade civil, enquanto isso apresenta um contexto de fenômenos econômicos e sociais desfavoráveis, como: desemprego, fragilidade dos fundamentos democráticos, exclusão social e política, perda de direitos trabalhistas, entre outros, etc. Neste contexto, como lembra Ávila (2001, p. 15) “novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel central na definição da agenda política dos Estados”.

Como podemos compreender com a ajuda de Montâno (1995, p.1), para estes Estados “desregulados” a saída é migrar de um Estado de bem-estar social para um Estado neoliberal comprometido com a “livre” concorrência de mercado. O quadro atual das políticas públicas reflete a estratégia de um Estado neoliberal de legitimação e materialização do sistema capitalista e privatização dos serviços sociais.

A hegemonia neoliberal retrata uma forte política atrelada à sustentação do império econômico capitalista. E neste caso o Estado se ajusta ao modelo fabril e às leis de mercado e, como lembra Harvey (1993, p. 157), na dialética desta relação “à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava”, justificando uma lógica de produção

¹ Tupinambá de Olivença representa o nome de uma comunidade indígena. Sendo assim, mesmo no sentido do termo no plural a palavra Tupinambá continua no singular, representando a coletividade. Como apresentado em VIEGAS, Susana de Matos. **Terra Calada: Os Tupinambás da Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007

heterogênea e global, enquanto flexibilizava as relações de trabalho sob a égide de produção de mercadorias variadas com custos cada vez mais baixos.

2 O terceiro setor e a ação social

Os setores podem ser definidos a partir da função social e da natureza de sua ação, assim, as empresas e instituições podem ser classificadas: o Primeiro Setor, composto pelas instituições estatais; Segundo Setor, formado por empresas da iniciativa privada e o Terceiro Setor, constituído por organizações ditas Não-Governamentais, como as Fundações, Associações, etc.

A inversão de responsabilidades é notadamente encontrada no Estado Neoliberal, o qual se constitui como “Estado Mínimo” no cumprimento de suas funções e definição de papéis, assim, co-responsabiliza a sociedade civil, transferindo suas responsabilidades para terceiros e diminuindo os investimentos com os gastos sociais, definidos no retorno dos serviços públicos.

Cury (2017, p.18) citando Dardot e Laval (2016) diz que: O neoliberalismo antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma ‘racionalidade’ e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”.

Sobre a crise capitalista e seu impacto social, Montâno (2007, p.2) explica que a crise fiscal do Estado “se deve aos gastos estatais com o capital e não com as políticas sociais (se gasta muito mais com o rico, mas se recorta o gasto com o pobre!)”, acirrando consideravelmente as desigualdades sociais e a precarização dos serviços públicos.

Sobre a égide de práticas benevolentes e assistenciais se esconde uma silenciosa e perversa política de esvaziamento de direitos, que em nada comungam com as condições de exercício de práticas cidadãs, o que Montâno (2007) chama de perda de direitos e aumento da ação civil organizada.

O Terceiro Setor se corporifica e se reafirma na sociedade graças à lógica de reestruturação do capital. E no discurso de “menos Estado e maior sociedade civil”, como nos lembra Montâno (2002, p.87) ocorre uma inversão dos valores de emancipação econômica, social e política, onde as ONGs cumprem “a função social de resposta à ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e o da ajuda mútua” (Idem, p.186).

Sobre esse processo perverso, de camuflagem de responsabilidades e negação de direitos, Montañó (2002, p. 243-256), chama nossa atenção para a “descentralização administrativa e a privatização e a transferência para o ‘terceiro setor’ das respostas às sequelas da questão social”, e neste sentido o que se percebe é a aumento “do nível de desemprego profissional, na precarização das condições de trabalho, nas condições de emprego. (...) uma precarização do atendimento estatal às demandas sociais”.

Na compreensão de um Estado de Bem Estar Social, quando o foco são povos tradicionais e neste caso específico, comunidades indígenas é fundamental que:

A produção e divulgação de informações de qualidade sobre populações indígenas e outros povos e comunidades tradicionais são essenciais para garantir a elaboração e execução de políticas públicas adequadas às necessidades dessas populações. Mais que isso, essas ações fazem parte de uma agenda internacional da qual o Brasil faz parte.). (PNIPis, 2018, p.25)

A transformação social, desta forma, envolve consciente ação dos envolvidos e é antagônico, posto que a sociedade civil representa um campo de luta entre trabalho e capital, entre alienação e autonomia, entre subordinação e emancipação numa eterna tensão e competição de forças.

2.1 A Ong Thydêwá e seu projeto social

As Thydêwás surgem em 2000, começam suas atividades em 2001 e em 2002 constitui-se juridicamente. A ONG é fruto da união de indígenas e não indígenas que acreditam em uma cultura de paz, com a finalidade de promover a consciência planetária, possibilitando diálogos interculturais, aprendizagens colaborativas, valorização da diversidade cultural e saberes tradicionais, por acreditar em um desenvolvimento humano holístico e harmônico.

A Thydêwá é uma organização que desenvolve ações de empoderamento dos grupos sociais beneficiários, criando meios e possibilidades de inserção nos meios midiáticos como ferramenta de fortalecimento e divulgação de suas culturas. A ONG Thydêwá tem sede nas cidades de Ilhéus (Olivença) e Salvador, no Estado da Bahia.

A sustentabilidade dos projetos da Thydêwá, segundo a própria ONG, se dá pelas parcerias com instituições nacionais e internacionais, estatais privadas, devido aos objetivos propostos e sua capacidade de promover impacto positivo em relação à demanda dos grupos

sociais envolvidos nas ações do projeto. A viabilidade de suas ações se dá primeiramente nesta parceria e desejos destes sujeitos. A metodologia de trabalho envolve o uso da tecnologia e incide diretamente na ação cidadã emancipadora dos sujeitos e do grupo social beneficiário em harmonia com o ambiente social e natural.

A Thydêwá busca garantir a maior participação do grupo social envolvido e beneficiário dos projetos, proporcionando o protagonismo das comunidades e dos sujeitos do processo de construção de conhecimento, e disseminação de saberes relativos à sua cultura. Para a concretização de sua ação social, a ONG conta com o aporte financeiro de parceiros inseridos no contexto de ações humanitárias, governamentais e particulares. Ampliando os resultados apresentados pela Thydêwá nos trabalhos realizados junto a várias etnias indígenas.

Os beneficiários diretos do Projeto Thydêwá são comunidades indígenas de oito etnias, espalhadas pelo Brasil. Participam dos projetos, voluntários de origem indígena ou não, que esboçam o desejo de contribuir e tenha afinidades com as linhas de ação dos projetos sociais desenvolvidos, compartilhando saberes e práticas.

Desde 2001 a Thydêwá implementou 26 projetos, realizou inúmeros encontros educativos, campanhas e eventos públicos de promoção social e educativa, alcançando mais de 1.000.000 pessoas, além de promover a criação de 2 redes colaborativas de aprendizagem e publicar 16 livros, produzir 5 DVDs e 2 CDs e 1 livro digital para o público infantil com temas da educação indígena, multiculturalismo e fortalecimento da língua tupi.

Preocupada com a valorização humana e ambiental, com a promoção da cultura e participação emancipadora, seu público apresenta indígenas de oito etnias e não indígenas que colaboram com a execução e definição das ações dos projetos. Assim, a trajetória da Thydêwá, através dos seus vários projetos, desde sua fundação reflete um histórico dinâmico e comprometido com a qualidade de vida dos envolvidos.

3 Os índios Tupinambá de Olivença

O povo Tupinambá de Olivença insere-se em um cenário dominado pelos valores e cultura de uma sociedade global. Enquanto as características multiétnicas, retratam a realidade multicultural e a formação do povo brasileiro, por conseguinte, os povos indígenas e a questão indígena brasileira inserem-se fundamentalmente no processo de construção desta nação.

O povo Tupinambá de Olivença surgiu do tronco Tupi e na contemporaneidade a identificação Tupinambá “não é apenas um resquício histórico remoto, mas uma marca efetiva na organização social e modo de vida atuais” (DOU, nº 74, 20/04/2009, p.52).

Nos séculos XVI e XVII, o povo Tupinambá teve a presença maciça de colonos, missionários e jesuítas que promoveram a catequese e a organização das famílias indígenas em aldeamento. Assim, entre os anos de 1680 e 1758 os indígenas da nação Tupinambá foram condicionados à aldeia Nossa Senhora da Escada, hoje Olivença. Viegas (2007, p. 27-37) esclarece que, inspirados por um projeto civilizatório iluminista, além de reorganizar o espaço físico² das aldeias, influenciaram profundamente nos costumes, nas crenças e na língua do povo Tupinambá.

Olivença foi fundada oficialmente em 1680, por missionários jesuítas que a transformaram em aldeamento. Na época, nesta localidade existiam grupos indígenas que habitavam na área onde hoje está a sede de Olivença (na parte mais alta) e na extensão costeira e de Mata Atlântica, à margem dos rios Santaninha, Acuípe, Pixixica, e Una. O mapa abaixo nos permite ter uma ideia da área geográfica à qual fazemos referência.

Os Tupinambá de Olivença tradicionalmente habitam na região da Mata Atlântica, no Sul da Bahia, município de Ilhéus, na área de Olivença onde está localizada a aldeia mãe (assim, por eles denominada) e em suas adjacências, adentrando a mata, encontramos outras aldeias onde residem várias comunidades Tupinambá.

A área geográfica onde se espalhou o povo Tupinambá de Olivença abrange parte do município de Ilhéus, Buerarema e Una, terras consideradas tradicionais por estes povos, pois, de acordo com seus relatos, nestas terras viveram seus antepassados, e ainda hoje é palco de conflitos latifundiários enquanto aguarda-se a demarcação deste território como terra indígena.

Olivença é uma instância Hidromineral, localizada a 10 quilômetros da zona urbana de Ilhéus, ao norte, entre os paralelos 14° 26' sul e a linha da costa (Oceano Atlântico), entre os meridianos 39° 02' e 39° 30', a área habitada pelos Tupinambá de Olivença, vai da costa marítima desta localidade estendendo-se pela região da Mata Atlântica até a Serra do Padeiro e Serra das Trempes.

² Organização espacial inspirada pelo modelo francês dispondo a organização das aldeias em forma de quadrado, como podemos observar em vários espaços que tiveram a interferência dos jesuítas, como é o caso de Olivença (praça central) e Trancoso, em Porto Seguro e seu famoso “quadrado” (DOU, 2009, p.53)

Dados apresentados pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) informam que o povo Tupinambá de Olivença está entre as maiores populações Indígenas, em 2009, na última contagem da FUNASA foi contabilizada uma população de 4.729 indivíduos desta etnia (FUNASA, 2009) e de acordo com dados de 2014 a população tupinambá é de 4.669 indivíduos (SIASI/SESAI, 2014).

A partir da colonização e séculos de convivência com não índios os Tupinambá de Olivença perderam seu território e ficaram confinados a pequenas áreas, comprometendo a sobrevivência e manutenção da sua língua, da sua cultura e de sua identidade. Este povo ameaçado de extinção teve o seu reconhecimento pela FUNAI em 2002 e seu território foi definido em 2009 pelo mesmo órgão, segundo “Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença”, Publicado no Diário Oficial da União, Sessão 1, nº 74, datado de 20/04/2009.

O governo ainda não demarcou o território indígena do povo Tupinambá e esse processo que foi reiniciado em 2004 teve como referência de resistência e luta o processo de “retomada das terras indígenas”³, fomentado pelos Tupinambá de Olivença da Serra do Padeiro. De 2004 a 2012, segundo Alarcon (2013, p.20) 22 fazendas foram retomadas e neste processo foram vítimas de violência tanto índios como não índios que habitavam estas áreas.

Após longo estudo realizado por antropólogos contratados pela FUNAI, a área que hoje é considerada território indígena vivencia conflitos sangrentos envolvendo indígenas e não indígenas, contando ainda com a intervenção de militares que acabam causando danos para a população da área de conflito, os quais muitas vezes agem de forma violenta, conforme relatos de moradores locais, e notícias veiculadas na mídia impressa e on-line.

3.1 Cultura e identidade

A cultura é a legítima forma de identificação de um povo. A formação do povo brasileiro retrata a coexistência de várias etnias, onde cada povo tinha uma tradição e uma cultura, a qual se manteve ou sofreu modificações ao longo do tempo, num processo de aculturação.

O conceito de cultura abordado, de acordo com Cuche (2002, p.13) “se aplica unicamente ao que é humano”, possibilitando compreender “a unidade do homem na

³ Alarcon (2013, p.1) define a retomada como um “processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios.

diversidade de seus modos de vida e de crença”, cujo objetivo é ressaltar, a diversidade ou unidade presente na construção de uma nação. Não se trata “de dizer o que deve ser a cultura, mas de descrever o que ela é, tal como aparece às sociedades humanas” (Op. Cit., p. 34).

Os colonizadores quando aqui chegaram descreveram os indígenas como selvagens e destituídos de alma, incultos e de religião duvidosa. Após anos de catequese, só em junho de 1537 os índios tiveram sua humanidade reconhecida pelo papa Paulo II (1537), na *Bula Veritas Ipsa*⁴, e amparo contra a escravidão e violação de seus bens, desta forma, “não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e que não devem ser reduzidos a servidão”⁵.

Assim escreve Cardim (1939, p. 142) ao que se refere à religião destes povos:

Não tem conhecimento alguns de seu Criador, nem de cousa do céu, nem se há pena nem glória depois desta vida, e, portanto não tem adoração nenhuma nem cerimônias, ou culto divino, mas sabem que têm alma e que esta não morre (Cardim, 1939, p.142)

Thévet em sua *Cosmogoly* apud Léry (1961, p.163) acrescenta:

Se fosse o único a ter estado nesse país, não lhe seria difícil impingir o que bem entendesse; mas eu sei com segurança que esse povo não tem religião, nem escrituras, nem práticas rituais, nem conhecimento das coisas divinas.

É refutável este quadro exposto por Cardim (1939) e Léry (1961) e quando analisamos os fragmentos dos textos percebemos que há uma negação da religiosidade destes povos a partir dos parâmetros da religião cristã europeia. No entanto, contrariando o que afirmam os autores supracitados, estes povos, por mais primitivos que fossem já manifestavam praticas religiosas e desenvolviam suas crenças e rituais sagrados, cultuavam a lua (Jaci⁶) e Tupã (pai), representado pela força divina do trovão e do sopro da vida.

A religiosidade indigena que antes de 1500 se manifestava no seu modo de compreender o mundo, estava presente em suas relações com a natureza, com a família, com o sacrifício dos inimigos, perpassando pela própria existência. É nos rituais, alguns preservados até hoje, onde encontramos o ápice da religiosidade destes povos.

⁴ Fonte: IBGE – Brasil: 500 anos de povoamento, In: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasiliro-e-povamento/histotia-indigena>, publicado no ano 2000 e acessado em 06/04/2014

⁵ Texto transcrito da *Bula Veritas Ipsa* In: <http://www.montfort.org.br/bula-veritas-ipsa-2/> acesso em 06/04/2014

⁶ Divindade sagrada, considerada a mãe de todos os indígenas, aquela que deu origem a toda vida humana.

Cunha (1986 p.99) defende que “a cultura não é algo dado” e para o povo Tupinambá está presente também nos rituais coletivos, como no *Poransy*⁷, momento de celebração do sagrado, no qual se evoca a presença de Tupã, de Jaci e faz referencia aos antepassados e através da harmonia do círculo, do canto e da pisada firme na terra retiram a força necessária para a luta e fortalecimento da cultura.

O *Poransy*, é um ritual onde os Tupinambá entoam cânticos em forma da “ladainha”, no Tupi antigo e no Português que retratam suas lutas, seus feitos e suas vitórias, bem como seus desafios cotidianos, posicionados em círculos, numa mesma marcha (pisada), ao som do *maracá* (instrumento musical feito de uma espécie da “cabaça” colhida na mata, com sementes dentro, imitando o som de chocalhos), este povo canta sua história e se fortalece coletivamente e espiritualmente.

A construção de identidade apresenta um caráter subjetivo e como argumenta Oliveira (1976), tanto a antropologia quanto a sociologia, segundo o princípio de Durkheim, ao propor estudar o social pelo social se preocuparão mais com o nível coletivo da identidade, compreendendo a identidade étnica como uma configuração de identidade social.

Classificar etnias por meio de padrões biológicos que refletem traços genéticos visíveis ou não é também uma perversa forma de discriminação. Cunha (1986), ao discorrer sobre a identidade étnica parte do ponto de vista antropológico da identificação de um grupo étnico e afiança esse processo por muito tempo permaneceu atrelado ao domínio da biologia e os grupos étnicos eram identificados a partir de aspectos físicos transmitidos geneticamente.

Neste contexto, uma cultura original, em sua totalidade não se perde ou se funde, ela ganha outros contornos e funções quando entra em contato com outras culturas, ao desvendar novos contrastes. Cunha (1986, p.101) lembra que a cultura não “algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados”, culminando na inevitável assimilação de diferenciação dos traços culturais.

4 Percurso da pesquisa e seus resultados

A metodologia da pesquisa, cumprindo o que se espera de uma pesquisa qualitativa de base etnográfica adotou como procedimentos de investigação: identificar o objeto e campo

⁷ Ritual sagrado, acompanhada de cânticos enquanto dançam sincronizados no mesmo passo movimentam-se enfileirados em círculo.

de investigação, estabelecer uma questão de pesquisa, apresentar a intenção de pesquisa ao grupo focal para a devida apreciação e aquiescência dos projetos desenvolvidos e coleta de dados on-line através do sítio <http://www.thydewa.org> e “*in loco*” através de observações, participação nos eventos públicos e situações internas do cotidiano operacional (de base administrativa) da ONG, além de entrevistas, narrativas orais, análises de documentos, etc.

Por se tratar de uma pesquisa empírica, a etnografia é amplamente utilizada por estudiosos quando se busca investigar um fenômeno atual e que faz parte do contexto da realidade, principalmente quando se quer abranger o fenômeno na sua forma mais natural e o contexto em que este acontece, embora não esteja claramente determinado.

Diante das questões objetivas da pesquisa, a coleta de dados incide, principalmente, da observação participante, e como alude Lapassade (2005, p. 69) “[...] a observação participante é a técnica fundamental da investigação etnográfica”, a qual será contextualizada e referendada nas experiências cotidianas e coletivas, nas narrativas e anotações realizadas em campo. Assim, quanto mais densa e detalhada for a descrição, mais dados terá o pesquisador para compreender a questão da pesquisa.

O *locus* da pesquisa etnográfica foi a Ong Thydêwá, localizada na Estância Hidromineral de Olivença, no município de Ilhéus, estado da Bahia e que em 2002 iniciou um trabalho com os indígenas Tupinambá de Olivença-Ba, através dos Projetos on-line: Oca Digital, Arco Digital, Cantando as Culturas Indígenas, RISADA (Rede Indígena Solidária de Arte e de Artesanato), entre outros, promovendo formação das lideranças e jovens destas comunidades indígenas, através de práticas sociais contextualizadas com o intuito de construir ações coordenadas para a sustentabilidade e preservação da cultura.

Os participantes da pesquisa fazem parte do quadro de atores sociais envolvidos nos projetos e ações promovidos pela ONG Thydêwá no ciberespaço <http://www.thydewa.org> e que compreendem significativamente a comunidade Tupinambá de Olivença, a qual é formada por um povo de origem primitiva, seus antepassados foram os primitivos habitantes da *Terra Brasilis* e que ainda hoje lutam pela demarcação do seu território e sobrevivência da cultura, identidade e da língua, entre outras demandas do mundo moderno.

Sobre os sujeitos da pesquisa Sabirón (2006, p.253) enfatiza a importância destes ao afirmar que são eles os facilitadores e que trazem o fenômeno à tona, auxiliando na construção do contexto em que este se apresenta, pois “el sujeto protagoniza el estudio”. É na descrição subjetiva deste sujeito que o pesquisador encontrará o máximo de objetividade, na descrição que o mesmo narra de sua realidade.

Sendo a razão desta pesquisa a educação em ambientes informais de aprendizagem, observamos como se daria a prática educativa inserida na prática social da Thydêwá com a utilização de diversos recursos tecnológicos. Logo em nosso acesso ao campo começamos a indagar como se relacionava as TICs com o contexto da aprendizagem significativa no trabalho realizado por esta organização junto aos índios Tupinambá de Olivença-Ba.

Nosso interesse pontuou ainda em conhecer se neste espaço não formal as produções se configuravam como práticas educativas e se as aprendizagens autônomas e significativas de fato aconteciam e se eram compartilhadas através de práticas sociais pela Thydêwá e comunidades indígenas de Olivença-Ba.

Tomando a linguagem e a interação como estruturantes da pesquisa qualitativa de evidência etnográfica, adotamos a narrativa como um dos principais instrumentos de investigação e aqui apontamos a observação, a entrevista, a história de vida (livros on-line produzidas pelos indígenas e análise de documentos como as mais relevantes técnicas utilizadas nesta pesquisa para a coleta de dados e compreensão da questão da pesquisa.

A análise dos dados coletados partiu do histórico da instituição, sua filosofia e princípios educativos e adentrou no cotidiano da mesma buscando incluir num contexto mais amplo sua afinidade com a prática social e educativa do povo Tupinambá de Olivença pela mediação tecnológica, envolvendo questões referentes às práticas sociais da realidade cotidiana vivenciada na identidade, na cultura, nas crenças e na língua Tupi, ou seja, nos aspectos essenciais de sobrevivência de uma nação.

4.1 Resultados da pesquisa

Vários projetos com o uso das TICs vêm sendo desenvolvidos por esta ONG, os quais são estruturados tendo em vista o acolhimento e formação de comunidades indígenas em seu entorno, pleiteando objetivos e resultados definidos com base no diagnóstico da realidade dos beneficiários e da necessidade de fortalecimento da cultura e identidade dos mesmos.

Em 2013 a Thydêwá insere-se no Curso Educando para Transparência, junto à ONG Parceiros Voluntários. Com o apoio CAPEMA – MEC, lança e distribui a 2ª edição do Cantando as Culturas Indígenas, com uma coletânea de músicas sagradas utilizadas nos rituais indígenas. Através desta ação coletiva com indígenas Tupinambá, o projeto Fortalecendo a

Língua e a Cultura Tupinambá, patrocinado pelo Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) tem possibilitado a interlocução da cultura indígena Tupinambá e o fortalecimento da língua tupi, e foi possível a gravação de DVDs com vídeos ilustrativos do Poransy (músicas do ritual Tupinambá de Olivença).

Entre outros projetos e ações que acompanhamos durante esta pesquisa ressaltamos: Pelas Mulheres Indígenas, O projeto Pelas Mulheres Indígenas, o qual teve início em 2013 e em 2015 lança o livro escrito por elas com o mesmo título do projeto; IndigenousEbooks o qual retrata um pouco da cultura deste povo; Pontos de Cultura, Biblioca (Oca Aberta), e outras ações envolvendo formações de lideranças jovens, palestras e mini cursos diversos relacionados ao uso das mídias em contextos sociais e preservação do planeta.

O projeto Pelas Mulheres Indígenas acompanha um grupo de 16 mulheres indígenas que são autoras de um livro que leva o título do projeto. Além de líderes locais elas são multiplicadoras nas 08 etnias do nordeste e contaram com a parceria da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Estado da Bahia - SPM/BA e resultará na produção de um livro digital feito pelas próprias mulheres indígenas.

O projeto para além do livro é responsável pela rede de colaboração Pelas Mulheres Indígenas, investe na promoção social da mulher indígena, enquanto incentiva o protagonismo feminino através da formação de lideranças femininas, fortalecendo a inserção da mulher indígena na sociedade trazendo orientações jurídicas em prol dos direitos das mulheres e suas lutas contra a violência doméstica.

No segundo semestre de 2018 aconteceu o VI Encontro dos Pontos de Cultura Indígena (PCI) promovido pela Thydêwá com ênfase no projeto “Arte Eletrônica Indígena: uma exposição interativa”, num trabalho construído em parceria com artistas brasileiros, bolivianos e ingleses com indígenas das oito comunidades indígenas: Tupinambá de Olivença/BA, Pataxó de Porto Seguro/BA, Pataxó de Cumuruxatiba/BA, Pataxó Hãhãhãe de Pau Brasil/BA, Pankararu de Tacaratú/PE, Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio/AL, Xokó de Porto da Folha/SE e Karapotó Plaki-ô de São Sebastião/AL.

Os vários Projetos desenvolvidos procuram influir nas ações sociais concretas e duradouras da população atendida. Para a Thydêwá é fundamental conhecer os processos sociais das comunidades indígenas nos quais o problema emerge e seu foco incide na busca de ações que possibilitem pensar estratégias que fortaleçam a cultura e identidade dos povos indígenas atendidos em seus projetos.

Neste cenário, a Thydêwá tem um olhar sociológico sobre a problemática de reafirmação cultural e de reconhecimento das comunidades indígenas atendidas pelos projetos, abordando a atuação das políticas públicas e dos direitos humanos, sem esquecer os aspectos socioculturais e a biodiversidade inseridas nesta realidade sem ignorar a sustentabilidade e sobrevivência desses povos.

Embora genericamente não se possa negar que os projetos sociais estão circunscritos ao contexto político-social que o orienta determinado pela relação Estado – Organizações Sociais, os projetos sociais desta ONG (como é comum a estas instituições), carregam uma prática assistencialista que se complementa ao desejo de emancipação da cidadania e protagonismo coletivo.

As estratégias desenvolvidas on-line nos projetos culminam com a aprendizagem colaborativa e trabalho em rede, qualidade de vida e responsabilidade planetária. Embora, os projetos sejam pontuais (tempo determinado de execução), a ONG acredita no trabalho de tomada de consciência e sua filosofia busca os benefícios intangíveis, simbólicos, significativos imateriais a serem alcançados em longo prazo.

Considerações finais

O Projeto Social da Thydêwá é uma ação social planejada a partir da realidade planetária e do desejo de cultivar uma cultura de paz, sustentabilidade e valorização da diversidade, para tanto, busca manter o diálogo intercultural e os subjacentes cruzamentos de saberes. Todos os projetos surgem a partir do reconhecimento do contexto e suas peculiaridades e possibilita refletir sobre a realidade dos envolvidos, enquanto condição necessária para a responsabilização e tomada de consciência e decisão coletiva.

Nos últimos anos são mais relevantes para a análise desta pesquisa: Índio Educa (troca de saberes da realidade indígena, educação, cultura e tecnologia); Índios Online (portal Interétnico para a promoção intercultural); Índios na Visão dos Índios onde várias etnias atuam como protagonistas na história, na antropologia, no jornalismo e em outras formas de registro de suas próprias experiências; Fortalecendo a Língua e a Cultura Tupinambá; IndigenousEbooks, onde várias etnias narram a sua realidade e Pelas Mulheres Indígenas que fomenta o protagonismo feminino como forma de empoderamento.

Os Projetos Sociais se destinam a promover e expandir a cultura e os direitos dos povos indígenas em sintonia com uma cultura de paz e equilíbrio homem-natureza e refletem

ações específicas, as quais se justificam por se contraporem ao caráter espontâneo e contemporaneamente se corporifica através da operacionalização de Planos e Programas.

Não poderia deixar de citar o papel da Thydêwá no período histórico de conflitos entre os indígenas e os proprietários rurais que vem acontecendo secularmente em decorrência da reafirmação da cultura e identidade indígena nestas localidades, passa pelo imperativo da “retomada das terras tradicionais”, onde os Tupinambá reivindicam o território localizadas nas áreas de Ilhéus, Una e Buerarema.

A Thydêwá desenvolve seus projetos desde 2000 e nesta caminhada ajuda na construção do protagonismo indígena na região inovando as práticas educativas a partir da democratização dos recursos tecnológicos e da promoção deste espaço para a formação de lideranças enquanto agentes da cultura viva no uso das TICs, como ocorreu em 2018 por meio dos projetos “Mensagem da Terra”, “os Pontos de Cultura Indígena”, “Arte Eletrônica Indígena (AEI)”, entre outros.

O projeto “Mensagens da Terra” foi um projeto de protagonismo e de autoria dos povos indígenas desenvolvido com outras comunidades além dos Tupinambá que coadunou com a produção de cinco obras literárias multiétnicas, curtas-metragens (acima de 70) publicados na internet, produzindo e divulgando a cultura (reafirmando-a) e a identidade destes povos tradicionais pela promoção do resgate das memórias e da dignidade dos povos indígenas.

Diante de todas as contribuições da Thydêwá a partir da sua prática social vivenciada nos vários projetos que podem ser acompanhados on-line mostra o protagonismo indígena refletido no cyberativismo social pautado nas questões culturais e identitárias que emergem da realidade de seus atores.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra:** as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia. Dissertação de mestrado. Brasília: 2013.

ÁVILA, Célia M. de. **Gestão de projetos sociais.** (Coordenação). – 3ª ed. rev. – São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. **Constituição da República Federativa Do Brasil.** Texto promulgado em 05/10/1988. Brasília, 2013

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/tratados-da-terra-e-gente-do-brasil/pagina/3/texto> Acesso em 23/05/2018

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciencias sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais**. In: RBPAE –v.33, n.1, p.15-34, jan/abril.2017

D.O.U. Diário Oficial da União. **Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença**. Brasil, Brasília: 20.04.2009

DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a ação**. Tradução de Inês D. Ferreira. São Paulo: Difel, 1975.

EVREUX, Yves d. **Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614**. Publié d'après l'exemplaire unique conservé à la Bibliothèque. França, 1864. Disponível em : <http://biblio.etnolinguística.org/evreux-1864-voyage>, acessado em 06/08/2016.

FUNASA. **Contagem da população indígena**, 2009. Disponível em: www.funasa.gov.br. Acessado em 15/05/2017

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IBGE – **Brasil: 500 anos de povoamento**, In: <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasilero-e-povamento/historia-indigena>, publicado no ano 2000 e acessado em 06/04/2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36(1): 51-72, jan./fev. 2002.

KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Trad. Clélia A. Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KEESING, Félix M. **Antropologia cultural: a ciência dos costumes**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KILSZTAJN, Samuel. **Paridade de poder de compra, renda per capita e outros indicadores econômicos**. Pesquisa & Debate. São Paulo, 11(2):93-102, 2000.

LAPASSADE, G. **As Microsociologias**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução integral e notas de SÉRGIO MILLIET segundo a edição de PAUL GAFFÁREL com o Colóquio na língua brasileira e notas tupinológicas de PLÍNIO AYROSA. Biblioteca do Exército — Editora, 1961. Disponível em: <http://irpmarica.com.br/livros/viagem-a-terra-do-brasil.pdf> Acessado em: 28/03/2017.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

SABIRÓN, Fernando Sierra. **Métodos de investigación etnográfica** en Ciencias Sociales. Zaragoza: Mira Editores, 2006.

SIASI/SESAI. Sistema de informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) e Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). **População Tupinambá**.
https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupinamb%C3%A1_de_Oliven%C3%A7a Acessado em: 25/02/2019

THÉVET, André. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América**. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/singularidades-da-franca-antartica/pagina/5/texto> Acesso em: 28/05/2014

VIEGAS, Susana de Matos. **Terra Calada: Os Tupinambá da Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007